

PANORAMA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO PARAENSE: PROBLEMAS, DESAFIOS E POTENCIAIS SOLUÇÕES

OVERVIEW OF ACADEMIC PRODUCTION ON THE PARAENSE PENITENTIARY SYSTEM: PROBLEMS, CHALLENGES AND POTENTIAL SOLUTIONS

Submetido em: 19/03/2023 - Aceito em: 16/02/2024

KARINA DE OLIVEIRA SILVA¹
LAURIMAR DE MATOS FARIAS²

RESUMO

O artigo objetiva analisar as produções acadêmicas realizadas sobre o cenário prisional, empreendidas no âmbito da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Pará no período de 2016 a 2019. Trata-se de pesquisa de abordagem qualitativa com análise documental a partir da coleta de dados junto à Escola de Administração Penitenciária com a tabulação dos dados e análise crítica, com vista a determinar os temas predominantes, os graus de estudo desses pesquisadores e os resultados que foram efetivamente entregues à secretaria. Os resultados apontam que a realização de pesquisas pelas instituições de educação superior, contribui para a construção de uma base de conhecimento e dados sistematizados que ajudam no direcionamento de políticas públicas promovidas pelo estado, com vista a melhor operar o sistema penitenciário, além de contribuir na divulgação das ações penitenciárias a toda a sociedade.

Palavras-chave: Sistema Penitenciário. Pesquisas no Sistema Penitenciário. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária.

ABSTRACT

The article aims to analyze academic productions carried out on the prison scenario within the scope of the State Secretariat for Penitentiary Administration of Pará from 2016 to 2019. It is a qualitative research with document analysis based on data collection from the Penitentiary Administration School, involving data tabulation and critical analysis. The objective is to determine the predominant themes, the academic levels of these researchers, and the results effectively delivered to the secretariat. The results indicate that research conducted by higher education institutions contributes to the construction of a knowledge base and systematized data that assist in directing public policies promoted by the state. This aims to enhance the operation of the penitentiary system and contribute to the dissemination of penitentiary actions to society as a whole.

Keywords: Penitentiary System. Research in the Penitentiary System. State Department of Penitentiary Administration.

-
- 1 Graduação em Biblioteconomia (UFPA). Mestrado em Ciência da Informação (UFPA), Especialização em Gestão Pública com ênfase em Gestão do conhecimento. Atua como Técnica em Gestão Pública: Bibliotecária na Secretaria de Estado Administração Penitenciária do Pará, lotada na Escola de Administração Penitenciária. **E-MAIL:** karinabelem@hotmail.com. **ORCID:** <<https://orcid.org/0000-0002-3976-2665>>.
 - 2 Mestrado e Doutorado em Educação. Pesquisador do Centro de Estudos e Pesquisa Estratégica da Escola de Governança Pública (CEPPE/EGPA). Pesquisador do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre Educação Superior da UFPA (GEPES). Professor da Rede Estadual de ensino do Pará (SEDUC) e da Rede do Município de Belém (SEMEC). **E-MAIL:** laurimatos72@yahoo.com.br. **ORCID:** <<https://orcid.org/0000-0002-4503-0380>>.

INTRODUÇÃO

As pesquisas que podem ser realizadas no ambiente prisional é um nicho de grande relevância e precisa continuar a ser explorada. O pesquisador, com o olhar investigativo, busca a compreensão sob os mais diferenciados enfoques e abordagens. Devido à necessidade de ampliar esse conhecimento, foi necessário realizar uma revisão da literatura com o intuito de mapear a produção acadêmica sobre o referido tema em diferentes áreas do conhecimento, opção essa fundamentada pelos desafios de conhecer o que já se produziu sobre esse ambiente, e o que tais trabalhos propõem de melhorias para o sistema penitenciário paraense.

Definimos como objetivo dessa pesquisa analisar o panorama das produções acadêmicas, sobre a questão penitenciária no Pará, no período de 2016 a 2019. Assim, o trabalho adota como procedimento metodológico características de uma pesquisa exploratória, que visa descrever seus aspectos no âmbito prisional. A coleta de dados foi realizada por meio de levantamento documental, que é a coleta de dados em fontes primárias, como documentos escritos pela Escola de Administração Penitenciária (EAP). Como apoio realizamos uma revisão da literatura considerando os textos submetidos pelos diversos autores e que foram produzidos no âmbito do banco de dados EAP, destaca-se que tal revisão foi de suma importância para entender e fundamentar a discussão sobre o tema estudado.

É importante ressaltar que um estudo já foi realizado anteriormente com essa temática. A pesquisadora Marques (2016), no trabalho de conclusão de curso em Licenciatura Plena em Pedagogia aborda o “*estado da arte das pesquisas acadêmicas na escola de administração penitenciária 2007-2015*”. O trabalho teve como objetivo sistematizar e apresentar as pesquisas acadêmicas dos diferentes campos de conhecimento, dentro da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (Susipe), entre os anos de 2007 a 2015 (Marques, 2016).

Metodologicamente o atual estudo desenvolveu-se a partir de uma coleta de dados junto à EAP/SEAP, dos pedidos para estudos no período de 2016-2019 com a finalidade de determinar o número de solicitações, os temas predominantes, as principais instituições que demandam pesquisadores e quais os cursos que mais fazem pesquisas no ambiente prisional, além dos resultados de trabalhos concluídos e entregues à EAP/SEAP. Os dados foram tabulados e analisados criticamente, de modo a oferecer um panorama consistente sobre as pesquisas realizadas no referido período no âmbito da SEAP.

Trata-se de uma pesquisa documental de natureza qualitativa, que trabalha os dados buscando seu significado tendo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto, o uso da descrição qualitativa procura captar não só a aparência do fenômeno como também suas características. Destacamos que no contexto da abordagem qualitativa, a análise documental estabelece-se em um método que complementa informações alcançadas por outras técnicas ou revelando aspectos novos de uma dada temática ou um dado problema (Lüdke e André, 1986).

A motivação pela temática surgiu com a implantação da biblioteca da Escola de Administração Penitenciária que será voltada para atender as demandas informacionais dos servidores e cujo objetivo é disponibilizar um amplo acervo especializado sobre sistema penitenciário e seu público-alvo que são os servidores que trabalham na SEAP.

A relevância científica a destacar é o fato de haver escassez na produção sobre o tema o que despertou nos autores o interesse em escrever, desta forma, pretendemos contribuir com as pesquisas científicas na área, almejando tornar a questão do sistema prisional e seus desafios cada vez mais visíveis ao olhar da sociedade civil organizada e das políticas públicas federais e estaduais, pois as pesquisas na área apresentam-se de grande relevância para a sociedade atual.

Além de contribuir com o repositório institucional da Escola Nacional de Serviços Penais (Espen), criado em 2020, para suprir uma carência no Brasil de reunir, disponibilizar pesquisas científicas e aproximar a realidade carcerária da sociedade. O Riespen visa o intercâmbio e a aproximação entre as Escolas Nacional e Estaduais de Serviços Penais, as Instituições de Ensino Superior, os servidores das carreiras Penais, os Policiais Penais e os demais interessados na produção científica da área penitenciária (BRASIL, 2020).

O texto está organizado em 5 seções incluindo os elementos introdutórios, seção 1, e conclusivos na seção 5. Na seção dois abordam-se as características e funcionalidades históricas dos órgãos de administração do sistema penal tanto federal quanto estadual, assim como se discute o papel das escolas de serviços penais nas duas esferas administrativas e suas atribuições. Na seção três aborda-se o panorama da pesquisa no Sistema Penitenciário paraense, demonstrando as pesquisas no âmbito Penitenciário Paraense e a apresentação dos dados em diálogo com a literatura atinente. Na quarta seção, abordam-se os resultados e discussões a partir dos dados disponibilizados.

1. CONTEXTUALIZANDO A SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS PENAIS (SENAPPEN) E A SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA (SEAP)

Para prosseguir com este estudo, é essencial contextualizar o sistema penitenciário. Portanto, foi realizado um breve histórico desse ambiente institucional, onde se destaca o Departamento Penitenciário Nacional (Depen). Suas origens remontam a um passado distante, estando relacionadas ao serviço de inspeção das prisões da Secretaria de Estado dos Negócios da Justiça, criada em 1822 (BRASIL, 2011).

1.1 A Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen)

A Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen) é o órgão executivo encarregado de monitorar e supervisionar a implementação da Lei de Execução Penal e das diretrizes da Política Penitenciária Nacional. Em janeiro de 2023, entrou em vigor a nova estrutura da Senappen, que foi estabelecida por meio da transformação do antigo Departamento Penitenciário Nacional (Depen). A Secretaria é responsável pelo Sistema Penitenciário Federal, cujos principais objetivos são isolamento das lideranças do crime organizado, cumprimento rigoroso da Lei de Execução Penal e custódia de presos condenados e provisórios sujeitos ao regime disciplinar diferenciado; líderes de organizações criminosas; presos responsáveis pela prática reiterada de crimes violentos; presos responsáveis por ato de fuga ou grave indisciplina no sistema prisional de origem; presos de alta periculosidade e que possam comprometer a ordem e segurança pública; réus colaboradores presos ou delatores premiados (BRASIL, 2023).

1.2 A Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP)

No Pará, a Lei n. 4.713 de 26 de maio de 1974, criou a Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará (Susipe), vinculada à Secretaria de Estado de Segurança Pública, esta lei autorizou o Dr. Aloísio da Costa Chaves, na época então governador do Pará, inaugurou, na Vila de Americano em Santa Isabel do Pará, em 16 de agosto de 1977, a penitenciária Dr. Fernando Guilhon, de regime fechado, com 378 celas individuais.

Atualmente a SEAP, por meio da Lei n. 8.937, de 2 de dezembro de 2019, que alterou a Susipe para Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP). Suas diretrizes são a formulação da política estadual penitenciária; execução das atividades voltadas para a administração prisional e identificação penitenciária; planejamento estratégico e sistêmico; garantia de execução penal com segurança, humanização e proteção dos direitos humanos; utilização do

sistema integrado de informação e de dados disponíveis; acompanhamento da execução penal no âmbito estadual; administração da política estadual penitenciária e monitoramento do cumprimento de penas (PARÁ, 2019).

1.3 Escola Nacional de Serviços Penais (Espen)

De acordo com a Portaria nº. 3.123/2012 que trata da criação da Espen, em seu objetivo geral são identificadas ações voltadas a fomentar e executar estratégias de formação inicial e continuada, pesquisa, formulação de doutrina e aperfeiçoamento profissional em serviços penais e de produção e compartilhamento de conhecimentos em políticas públicas voltadas ao sistema prisional (BRASIL, 2012).

A Espen atua como centro de pesquisa, análise e difusão de informações técnicas pertinentes ao sistema prisional, desenvolvendo atividades de reflexão e avaliação permanente do sistema, de modo a conduzir a sua eventual transformação e nela introduzir as necessárias inovações. Ainda, deve fortalecer ações que visam a publicação de artigos e textos diversos, dados e boas práticas, de forma periódica, utilizando-se de instrumentos próprios de divulgação ou terceiros, tais como periódicos nacionais e estrangeiros.

Nesse contexto, também é considerado relevante que a Espen disponha de um espaço para o compartilhamento de investigações produzidas no âmbito penal e penitenciário, tendo em vista a necessidade de aproximação institucional dos grupos de pesquisa que produzem conhecimento sobre as referidas temáticas.

O repositório institucional da Espen-RIEspen se configura como estratégia que visa o intercâmbio e a aproximação entre as Escolas Nacional e Estaduais de Serviços Penais, as Instituições de Ensino Superior, os Servidores das Carreiras Penais, os Policiais Penais e os demais interessados na produção científica da área penal penitenciária. Este espaço além de atender as menções anteriores, também institui o acesso livre às investigações produzidas nas Instituições de Ensino Superior e poderá figurar como relevante ferramenta de profusão de ideias e instrumental para subsídio de políticas públicas na área (BRASIL, 2020).

1.4 Escola de Administração Penitenciária do Pará (EAP)

O surgimento das primeiras Escolas Penitenciárias no Brasil, teve como propósito a sistematização dos discursos e práticas penitenciárias e a formalização do repasse de conhecimentos nesta área, que, antes das escolas, ocorria informalmente e de forma não sistemática, por meio de orientações dos servidores mais antigos aos mais novos, sem que fosse levada em conta a necessidade de atualização e de adequação destas práticas e saberes.

A Escola de Administração Penitenciária (EAP) começou seu processo de implantação no Pará a partir de novembro de 2003, por meio da portaria de nº 272/03 de 17 de novembro de 2003, quando o Superintendente do Sistema Penitenciário enviou ao Rio de Janeiro uma comissão de três servidores para um amplo debate sobre as principais diretrizes que deveriam nortear as atuações das Escolas Penitenciárias (PARÁ, 2003).

Historicamente, a EAP dedica-se, essencialmente, à realização de cursos de aperfeiçoamento, capacitação e formação profissional inicial para todos os servidores que adentram ao sistema penitenciário, desvelando, assim, sua vocação formativa. Segundo a lei de transformação da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará - Susipe em Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP, compete: “planejar, coordenar, desenvolver e executar, direta ou indiretamente, os programas de formação e capacitação continuada dos servidores”. Além disso, a EAP, participa de “programas e projetos de pesquisa no âmbito da instituição, bem como a articulação e o intercâmbio com organismos e instituições congêneres” (PARÁ, 2019).

Por conta disso, a EAP/SEAP editou a portaria nº 034/2020-GAB/SEAP, de 17 de janeiro de 2020, publicada no Diário Oficial nº 34.111 de 07 de fevereiro de 2020, pela qual reestruturou a tramitação dos pedidos de pesquisa científica no âmbito da instituição. O documento objetiva aprimorar os procedimentos de admissão e controle das solicitações de pesquisa de discentes e docentes da graduação e pós-graduação das instituições de ensino superior. Qualquer solicitação requerida passa, por exemplo, pela análise pedagógica, de modo a escrutinar se o projeto de pesquisa apresentado contém seus elementos constitutivos tais como problema de pesquisa, justificativa, método, hipóteses, referências bibliográficas dentre outros (PARÁ, 2020).

2. PANORAMA DAS PESQUISAS NO SISTEMA PENITENCIÁRIO PARAENSE

Embora a SEAP seja fonte de muitas pesquisas acadêmicas, o acesso aos resultados ainda é uma questão que necessita de atenção. Entendemos que olhar externo à instituição aprimora sua atuação a partir das críticas e sugestões apresentadas pelos trabalhos. Nesse sentido, pode-se afirmar que a cooperação entre as instituições de ensino superior e EAP/SEAP permite amplo campo para estudo, pois o sistema prisional “tem sido percebido ultimamente pela sociedade, pelos governos e por diversas instituições nacionais e internacionais como palco de inúmeros problemas”. Problemas estes que vão desde “a gestão carcerária, pela gestão de recursos humanos, pela infraestrutura, pela gestão financeira, pelo atendimento aos direitos sociais, como saúde, educação,

trabalho e assistência jurídica dos apenados”. E ainda, “por várias outras questões que carecem de investigação e diálogo com as mais variadas áreas do conhecimento” (Rocha; Alves, 2017, p. 17).

O sistema penitenciário paraense abrange não somente as pessoas privadas de liberdade, mas também os que estão em contato com a realidade carcerária, sejam de forma direta, como os policiais penais, servidores das áreas da Saúde (Enfermagem, Psicologia, Assistência Social), Educação e de maneira indireta como os servidores das áreas de gestão e administrativas.

A autora Lemgruber (1993) afirma que é impossível passar por uma prisão e sair sem marcas e feridas. Acontece com todos. Com os que para lá são mandados, para cumprir uma pena, com os funcionários e os visitantes, e também com pesquisadores, porque a realidade prisional se revela deveras impactante (Lemgruber, 1993).

Diante do exposto, fica evidente a necessidade de o Estado cumprir as normas estabelecidas na lei, ressaltando que a Lei de Execução Penal n. 7.210/1984 em seu artigo 10 dispõe: “A assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, com objetivo de prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. Parágrafo único. A assistência estende-se ao egresso” (BRASIL, 1984).

As unidades prisionais são espaços agitados, de relações de poder e com circulações de pessoas, objetos e ideais. Seu cotidiano é atravessado por condições hostis de sobrevivência impostas às pessoas que visitam, trabalham, ou ficam presas. São familiares, agentes penitenciários, policiais penais, técnicos e pessoas em cumprimento de pena por diferentes tipologias criminais (Siqueira, 2017).

Assim, em conformidade a lei acima é do Estado o dever de assegurar esses direitos instituídos pela Lei de Execução Penal, com o objetivo de reeducar a pessoa privada de liberdade para integrá-lo na sociedade, evitando desse modo a criminalidade.

2.1 As pesquisas no âmbito penitenciário paraense

Para a realização de uma pesquisa acadêmica no sistema penitenciário paraense é necessário a apresentação e a entrega de cópias dos documentos pessoais dos envolvidos na pesquisa à SEAP para resguardar a segurança do pesquisador que irá visitar as unidades penitenciárias. Inicialmente o pesquisador receberá um parecer pedagógico, no qual é analisado se o projeto de pesquisa apresenta os seus elementos constitutivos essenciais, bem como a congruência do tema proposto com os diversos campos que envolvem a execução penal, objeto central da missão institucional da SEAP.

Depois de emitido o parecer pedagógico, a solicitação de pesquisa segue para a Assessoria de Segurança Institucional (ASI), que realizará pesquisa social sobre o pesquisador e orientador, a fim de aferir se há alguma situação fática que recomende o não ingresso do (a) interessado (a) no ambiente carcerário ou mesmo nas dependências administrativas da SEAP.

Após consulta para anuência da unidade demandada como local de pesquisa, será encaminhado ao Gabinete do Secretário titular da SEAP para deliberação definitiva sobre a autorização, ou não, da pesquisa acadêmica. A deliberação superior poderá resultar em uma das duas situações: sendo negado o pedido, o processo retornará à EAP, a quem caberá dar ciência à instituição interessada sobre a deliberação superior, seguida do seu correspondente arquivamento; ou caso o pedido seja deferido, o processo retornará à EAP para que seja providenciada a confecção e a assinatura do termo de convênio a ser celebrado entre a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária e a Instituição Acadêmica interessada.

Após as etapas citadas acima, o local cujo espaço ocorrerá a pesquisa é comunicado para o agendamento da visita (unidade penitenciária ou setor administrativo da SEAP). O (a) pesquisador (a) assume o compromisso de disponibilizar os resultados da pesquisa realizada integralmente no interior da SEAP sob pena de ter o acesso negado em pedidos de pesquisa posteriormente.

Considerado como concluído pela instituição acadêmica, deverá ser disponibilizado integralmente o trabalho final no formato digital e impresso para acervo da EAP. Por fim, a Instituição de Ensino Superior promoverá junto à EAP o agendamento para a apresentação dos resultados da pesquisa em espaço físico indicado pela EAP, com os meios necessários para a sua realização.

Um problema que aflige quase todos os pesquisadores, pelo menos todos aqueles que tentam estudar, por qualquer método, organizações, grupos e comunidades do mundo real é se inserir: conseguir permissão para estudar aquilo que se quer estudar, ter acesso às pessoas que se quer observar, entrevistar ou entregar questionários (Becker, 1999, p. 34).

Todo esse fluxo se faz necessário, considerando que se trata de uma instituição total, ou seja, de uma instituição cuja missão reside na execução penal com todas as dificuldades que daí advém.

2.2 Apresentação dos dados

A partir do levantamento e das análises de informações em planilhas junto à EAP/SEAP referente às pesquisas acadêmicas solicitadas dentro do período de 2016-2019, foram elaborados gráficos e tabelas que ilustram a distribuição das temáticas que tangenciam ou abordam diretamente questões concernentes ao sistema penitenciário paraense.

A partir do levantamento, chegou-se à seguinte conclusão: a quantidade de solicitações de pesquisas acadêmicas nesse período foi de 188 solicitações que foram realizadas conforme Gráfico 1:

Gráfico 1 - Solicitações de pesquisas acadêmicas



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

No Gráfico 2, identifica-se as principais instituições de Ensino Superior que direcionaram suas pesquisas para o âmbito prisional.

Gráfico 2 - Distribuição de pesquisa acadêmica por Instituição de Ensino



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

O Gráfico 2 aponta que 27% dos trabalhos foram realizados pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Instituição Federal de Ensino Superior, organizada sob a forma de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Ensino Superior (SESu), ou seja, o total de 50 produções acadêmicas. Seguido da Universidade da Amazônia (Unama), universidade privada, com 15% das pesquisas acadêmicas, isto é, 28 pesquisas. Na sequência está a Escola Superior Madre Celeste (ESMAC), instituição privada, com 9% de pesquisas acadêmicas, assim sendo, com 16 pesquisas.

Desse total, 31 (trinta e uma) Instituições públicas e privadas foram assinaladas com a demanda de pesquisadores interessados no Sistema Penitenciário Paraense em seus trabalhos acadêmicos.

Foi identificado que a UFPA é uma das instituições com maior número de trabalhos acadêmicos, o que justifica a alta participação em projetos de extensão desenvolvidos na SEAP.

O Gráfico 3 representa os cursos de graduação que mais pesquisaram na SEAP:

Gráfico 3 - Cursos de graduação



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

Outro aspecto importante a ser destacado, foi o aumento de pesquisas em nível de Mestrado e Doutorado, a Tabela 1, apresenta alguns cursos de Pós-graduação que demandaram pesquisas:

Tabela 1 - Cursos de Pós-graduação

| CURSOS | QUANTIDADE |
|--|------------|
| PÓS-GRADUAÇÃO SEGURANÇA PÚBLICA - MESTRADO | 7 |
| PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA E ANTROPOLOGIA - MESTRADO | 5 |
| PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CURRÍCULO E GESTÃO DA ESCOLA BÁSICA - MESTRADO | 5 |
| PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS FUNDAMENTAIS- DOUTORADO | 4 |
| CURSO DE APERFEIÇOAMENTO EM EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PRIVADOS DE LIBERDADE | 2 |
| PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, LINGUAGENS E CULTURA - MESTRADO | 2 |
| MESTRADO EM ATENÇÃO A SAÚDE | 1 |
| ESPECIALIZAÇÃO EM DEFESA SOCIAL E CIDADANIA | 1 |
| ESPECIALIZAÇÃO INVESTIGAÇÃO POLICIAL MODERNA | 1 |
| LABORATÓRIO DE CIÊNCIAS CRIMINAIS | 1 |
| MAESTRIA EM CIÊNCIAS CRIMINOLÓGICO - FORENSES | 1 |
| MESTRADO EM FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS | 1 |
| MESTRADO PROFISSIONAL EM ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE/SUS | 1 |
| PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA | 1 |
| PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA | 1 |

| | |
|--|---|
| PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA- Mestrado | 1 |
| PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENFERMAGEM | 1 |
| PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ANTRÓPICOS NA AMAZÔNIA – Mestrado | 1 |
| PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E PLANEJAMENTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS EM SERVIÇO SOCIAL | 1 |
| PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA E PESQUISA DO COMPORTAMENTO LABORATÓRIO DE ECOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO | 1 |

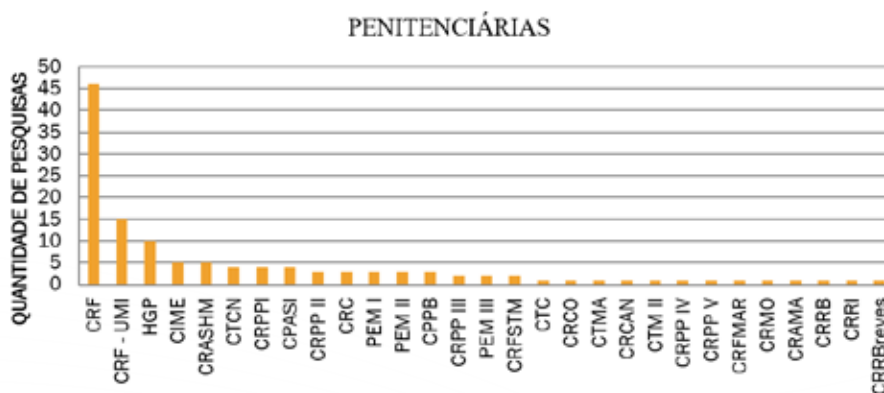
Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

A SEAP atualmente possui 53 penitenciárias em todo território paraense (Pará, 2023). No gráfico 4 apresenta o número de casas penais que foram mais pesquisadas, dentro do período de 2016-2019, em destaque está o Centro de Reeducação Feminino (CRF) com 44 trabalhos acadêmicos, outro local que é muito escolhido para pesquisas, é a Unidade Materno Infantil (UMI) que está localizada no CRF que atende grávidas e seus bebês durante o período de aleitamento materno, espaço esse que foram desenvolvidas 15 pesquisas. Seguindo está o Hospital Geral Penitenciário (HGP) com 10 trabalhos desenvolvidos.

Em destaque a Centro Integrado de Monitoramento Eletrônico (CIME), com 5 (cinco) pesquisas. Considerada uma unidade penitenciária virtual, onde é permitido a adoção de uma alternativa tecnológica à prisão, com a utilização da tornozeleira eletrônica.

Identificou-se também, unidades penitenciárias de outros municípios do Pará, que receberam pesquisadores como: Centro de Recuperação de Mosqueiro (CRMO), Centro de Recuperação Feminino de Santarém (CRFSTM), Centro de Recuperação Regional de Bragança (CRRB), Centro de Recuperação Regional de Itaituba (CRRRI), Centro de Recuperação Regional de Breves (CRRBreves), conforme demonstrado no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Penitenciárias paraenses estudadas



Fonte: Elaborado pelos autores, 2022.

O fato de a Região Guajará apresentar a maior produção de trabalhos acadêmicos pode ser explicado pela maior concentração de universidades nessa região e pelo maior número de unidades prisionais nesta região, favorecendo a produção de conhecimento.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Conhecer a situação da população prisional é condição necessária para o desenvolvimento de uma política pública consistente nessa área de estudo. Para isso é fundamental a realização de pesquisas e/ou estudos no ambiente prisional, assim como a produção acadêmica a partir de dados e informações sistematizadas e consistentes, cujos desafios políticos, de recursos e infraestrutura são inúmeros.

Destaca-se que a partir do acesso às informações sobre objeto desse estudo foi realizada uma análise das áreas que mais tem recorrência de pesquisadores interessados na temática prisional, destaque para: Curso de Bacharel em Direito, Curso de Serviço Social e o Curso de Enfermagem.

Constatou-se que dos 99 (noventa e nove) trabalhos realizados por esses pesquisadores, 67 (sessenta e sete) acadêmicos são oriundos de cursos de bacharelado em direito, eles pesquisaram sobre: a assistência pré-natal a mulheres encarceradas, o monitoramento eletrônico, a ressocialização, a psicopatia – cumprimento da sentença, os egressos do sistema prisional, a superlotação carcerária, o cárcere e maternidade, a violência sexual em mulheres presas, a revista íntima, a humanização da pena, o direito a maternidade, políticas públicas voltadas para educação no cárcere, os estupradores no cárcere, a psicopatia homicida, a precariedade do sistema prisional, as indisciplinas das pessoas privadas de liberdade – instauração de Procedimento Disciplinar Penitenciário (PDP), o fracasso da ressocialização, as políticas públicas para detentos, a ressocialização de mulheres e a relevância do afeto, a Lei 12.258/2010 a monitoração eletrônica e seus benefícios para o sistema penitenciário, o direito do homoafetivo em receber visita íntima, as saídas temporárias e sua função ressocializadora, a audiência de custódia, a psicopatia – tratamento dentro do cárcere, a prisão de transexuais, a modalidade de remissão de penas, a maternidade no sistema prisional, o crime e a suas representações, o direito a saúde no cárcere, a doutrina de proteção integral as pessoas encarceradas com transtornos mentais, o sistema prisional feminino, a arte no cárcere e a Cooperativa Social de Trabalho Arte Feminina Empreendedora (Coostafe).

A temática sobre a ressocialização foi tratada pela pesquisadora Carmo (2016), cujo tema foi a relevância do afeto na ressocialização de mulheres

em situação de prisão no centro de recuperação feminino do coqueiro no município de Ananindeua. O trabalho foi apresentado no ano de 2016, no curso de Bacharelado em Direito da Escola Superior Madre Celeste. O objetivo da pesquisa foi apresentar uma análise do encarceramento privado feminino em seu contexto afetivo, bem como em seus aspectos: jurídico, social, físico e psicológico, dentro de uma abordagem histórica no que concerne ao problema social como instrumento de marginalização, discriminação e dependência afetiva (Carmo, 2016).

Pequeno (2016), apresentou em sua pesquisa um estudo do direito à assistência pré-natal e a maternagem de mulheres em situação de cárcere na unidade materno infantil, em Ananindeua, nos anos de 2016 e 2017. O Trabalho de conclusão no curso de Bacharel em Direito, da Faculdade Integrada Brasil Amazônia (FIBRA). O estudo mostrou que o aumento do número de mulheres encarceradas no Brasil e no Pará vem aumentando ao longo do tempo, devido ao crescente envolvimento de mulheres com o tráfico de drogas. O objetivo geral da pesquisa foi realizar um estudo sobre a assistência pré-natal e a proteção da maternidade das mulheres e seus bebês em situação de cárcere custodiadas na unidade materno infantil de Ananindeua. Para averiguar se o direito da assistência pré-natal e o cuidado de mães, constitucionalmente garantidos e definidos pela lei de execução penal e outras normas infralegais estavam sendo respeitados dentro da UMI- Ananindeua (Pequeno, 2016).

Outra temática que é bastante pesquisada é a maternidade no cárcere. Costa (2018) em seu trabalho de conclusão de curso defendido no Instituto de Ciências Jurídicas (ICJ) da Unama, como requisito para a obtenção de Grau em Bacharelado em Direito analisou o fenômeno. Sua pesquisa recebeu o título “encarceradas e filhos penalizados: a convivência familiar diante da realidade do sistema prisional em Belém do Pará”, investigou a convivência entre mães e bebês em meio ao cárcere. O objetivo da pesquisa foi analisar se havia de fato essa convivência no cárcere belenense, questionando que a partir da experiência da maternidade nasce o desejo e esperança de vida nova, se de fato elas têm uma perspectiva de futuro diferente do vivenciado no cárcere (Costa, 2018).

Foram pesquisados também temas ligados a Assistência Social, onde se destacam: dignidade do cidadão preso, o respeito às pessoas privadas de liberdade, a maternidade atrás das grades – regras de Bangkok, a loucura e gênero: mulheres em tratamento psiquiátrico, a maternidade no cárcere, o direito da convivência filial, os grupos vulneráveis no cárcere, a falência do sistema prisional e violação dos direitos humanos, o crescimento populacional carcerário, a violação da dignidade da mulher gestante, a educação e profissionalização como medidas para a reinserção dos internos, o gênero e criminalidade, a visão social e estrutural da mulher encarcerada, a mulher e o cárcere, o monitoramento

eletrônico na execução penal, mães no cárcere, a análise jurídica do período de amamentação da criança com a mãe presidiária, a ausência de políticas públicas para o entendimento da periculosidade do psicopata, a luta das mulheres para vencer a dor do cárcere, o louco infrator no hospital de custódia e tratamento psiquiátrico.

Em face a essa temática pesquisada na área do serviço social, a pesquisadora Pereira (2019), no trabalho de conclusão de curso foi apresentado no curso de Serviço Social, do Centro Universitário Leonardo da Vinci (Uniassevi), faculdade localizada no município de Belém, para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social. O estudo teve como finalidade colocar em evidência a importância da família para a pessoa privada de liberdade. Com o objetivo de compreender a atuação do Assistente Social dentro da Susipe. Explicitando peculiaridades inerentes às pesquisas de natureza qualitativa, as temáticas pesquisadas na área do Serviço Social: gravidez no cárcere, a atuação do Assistente Social no cárcere, as mulheres encarceradas, a ressocialização dos presos, o trabalho das Assistentes Sociais com as mulheres encarceradas, pessoas com deficiência física nas casas penais, a atuação do Assistente Social na reinserção dos custodiados, os direitos das crianças nascidas no cárcere, gênero e criminalidade: contribuições do Assistente Social no processo de reinserção social de mulheres em situação de cárcere (Pereira, 2019).

A saúde é um direito constitucional, deve ser assegurada universalmente e integralmente. Os próprios processos discriminatórios e a violência dirigida às pessoas privadas de liberdade são fatores determinantes de agravos à sua saúde, o que evidencia a necessidade de se acentuar os esforços do setor saúde na premissa da humanização da atenção.

As pesquisas realizadas pela área da enfermagem foram: a atuação do Enfermeiro na assistência integral às pessoas encarceradas com transtornos mentais, a caracterização epidemiológica na população carcerária, o controle da tuberculose no cárcere, as doenças no cárcere: AIDS, HIV e tuberculose, a educação em saúde como prática assistencial, o papel do enfermeiro no sistema prisional, prevalência da tuberculose no cárcere, a saúde no cárcere sob a perspectiva do Agente Penitenciário, a tuberculose nas pessoas privadas de liberdade, a vulnerabilidade das infecções sexualmente transmissíveis, a mulher em foco e o cuidado à saúde. Para Ferreira, Silva e Godinho (2020, p. 272) quando avaliam os aspectos de saúde dos encarcerados dizem que a “prevalência de problemas de saúde mental é muito alta: alguns presos são gravemente doentes mentais e devem estar em uma instalação psiquiátrica, não em uma prisão”. Os autores afirmam ainda que “as doenças transmissíveis, como a imunodeficiência Humana (HIV), hepatite e tuberculose, são mais prevalentes nas prisões do que na comunidade”.

Como é comum nos setores de produção de informações, muito esforço é dedicado à coleta e pouco na exploração das tendências observadas e na discussão de políticas públicas para lidar com os gargalos identificados. A falta de cultura de gestão baseada em dados do setor público, pois, “como a administração penitenciária raramente dispõe de tempo e profissionais para a análise do dado, esta troca com os pesquisadores na academia poderia ser benéfica para o setor”. Essa parceria permite ainda a “disponibilização de dados de segurança pública para a academia tem contribuído para o refinamento de diversas políticas públicas de segurança e existem exemplos de várias delas – como o Estatuto do Desarmamento – que tiveram origem em análises iniciadas pela comunidade científica” (Fórum, 2016, p.34).

Após a fase da identificação e interpretação dessas temáticas, nota-se os assuntos aparecem sempre estreitamente relacionados, assim como a afinidade entre as três áreas aqui abordada no que diz respeito a mesmas recorrentes nos presídios femininos e as mulheres no sistema penitenciário paraense, observa-se também a abordagem das garantias previstas na LEP para com as pessoas privadas de liberdade.

A pesquisadora Monteiro (2019) apresentou o trabalho de conclusão de curso ao Unama, curso de Enfermagem, como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Enfermagem, no Município de Santarém, ano de 2019. Abordou a Educação em Saúde como prática assistencial para redução de vulnerabilidade no contexto prisional feminino. A pesquisa procurou evidenciar a Educação em Saúde como prática assistencial para redução das vulnerabilidades identificadas no contexto prisional, buscando identificar quais as dimensões de vulnerabilidades estão presentes no contexto prisional em Santarém, de modo a promover Educação em Saúde no ambiente por meio de ações educativas com ênfase nas vulnerabilidades identificadas, bem como elencando as principais dificuldades para desenvolver tais atividades no sistema penitenciário (Monteiro, 2019).

Os autores Miranda; Kamada (2019) exploraram a temática: Enfermagem no cárcere: implicações e assistência diante da exposição à tuberculose e/ou HIV/Aids no tratamento de pessoas privadas de liberdade (PPL), o trabalho de conclusão de curso Bacharelado em Enfermagem, no ano de 2019, pela Faculdade Integrada Brasil Amazônia, no município de Belém. O trabalho teve como objetivos conhecer a assistência de enfermagem no contexto da prevenção e controle do Vírus da Imunodeficiência humana adquirida, Síndrome da imunodeficiência adquirida e Tuberculose para as pessoas privadas de liberdade e a saúde do trabalhador no âmbito do sistema prisional (Miranda e Kamada, 2019).

Outro campo explorado nas pesquisas é a atuação dos profissionais de Enfermagem no hospital de custódia e tratamento psiquiátrico. As pesquisadoras Silva; Costa e Fonseca (2018) apresentaram na pesquisa de trabalho de conclusão de curso, a Instituição Faculdade Estácio, localizada no município de Castanhal, como requisito para obtenção do grau Bacharel em Enfermagem. O objetivo foi analisar a atuação da equipe de enfermagem no cuidado aos portadores de transtornos mentais no hospital de custódia e tratamento psiquiátrico, abordando temas de relevância para sociedade e fornecendo um novo olhar sobre as dificuldades do atendimento às pessoas privadas de liberdade. A ausência de políticas públicas voltadas aos pacientes do hospital de custódia e tratamento psiquiátrico, surgindo o questionamento sobre a extinção dos modelos manicomiais e o tempo da pena destinada a esses indivíduos, tendo em vista que muitos são abandonados ou vivem como prisão perpétua sem possibilidades de retorno a sociedade (Silva; Costa e Fonseca, 2018).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho é resultado de pesquisa documental e uma revisão da literatura sobre a produção acadêmica acerca do sistema penitenciário paraense, visando conhecer as pesquisas acadêmicas realizadas no âmbito da SEAP.

Conclui-se que a sistematização dos resultados das pesquisas possibilitou a criação de uma base de conhecimento do sistema penitenciário, assim como permitiu a aproximação dos pesquisadores da Escola de Administração Penitenciária com pesquisadores de diversas instituições que desenvolvem pesquisas sobre a temática. Salienta-se que a apresentação dos resultados desses estudos, proporciona a participação dos pesquisadores, estudantes e servidores da EAP/PA em eventos científicos, como por exemplo, seminários sobre o sistema penitenciário, o que evidencia a importância da divulgação dos resultados dessas pesquisas, uma vez que contribuem como geradores contínuos de informações e criam indicadores sobre o sistema penitenciário, orientando a atuação do Estado, da sociedade civil e comunidade acadêmica na busca de melhorias para o Sistema Penitenciário paraense.

Ressalta-se que, mesmo com fluxo de autorizações de pesquisas instituído e acompanhamento aos pesquisadores e orientadores, a EAP encontra dificuldades em receber de forma espontânea as pesquisas concluídas. Essa problemática será normalizada com a assinatura de um convênio direcionado a instituição de ensino demandante. Nesse sentido, pode-se afirmar que, ainda hoje, a cooperação entre as instituições de ensino superior e EAP/SEAP ainda é inibido, havendo, portanto, amplo campo para avançar nessa área.

Realizar pesquisas de campo nas prisões paraenses requer planejamento do pesquisador e contato direto com os servidores da coordenação de Planejamento e Pesquisa da EAP que serão interlocutores com os gestores/diretores das penitenciárias, para permitir o acesso e a liberação das pesquisas de campo, seguindo os protocolos de segurança de todos envolvidos, visto que a prisão tem rotina própria e procedimentos operacionais.

Alguns trabalhos acadêmicos ficam apenas na esfera teórica e isso não é um problema, mas pesquisar a população prisional é uma experiência que pode subsidiar novos encaminhamentos para o desenvolvimento do trabalho no ambiente penitenciário paraense assim como a implementação de novos projetos que podem contribuir com as estratégias em conjunto a gestão da SEAP.

O processo de análise de dados na pesquisa realizada no ambiente penitenciário, sobretudo, a sua importância e os desafios em estudos organizacionais, não foi esgotado neste artigo; espera-se, contudo, que possa contribuir para o melhor entendimento do tema e oferecer subsídios para os gestores da SEAP.

Para finalizar, a realidade do Sistema Penitenciário Paraense é alvo de transformações substanciais e por meio da poderosa ação proporcionada pelas pesquisas desenvolvidas na SEAP, com a articulação da EAP, e as instituições de ensino superior, proporcionarão aos estudantes/pesquisadores a vivência de atividades de ensino, pesquisa e extensão no sistema carcerário paraense, que é uma importante interlocução de saberes, pois de um lado, contribuem para os processos de reintegração social de pessoas privadas de liberdade e, de outro, contribui para a formação humana de estudantes das mais diversas áreas.

REFERÊNCIAS

BECKER, Howard. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. Escola Nacional de Serviços Penais. **Portaria ESPEN nº 6, de 22 de julho de 2020**. Estabelece a regulamentação do Repositório Institucional da Espen – RIEspen, Brasília (DF): DEPEN, 2020. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/4117/1/PRT_ESPEN_2020_6.pdf>, acesso em: 02 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 7.210 de 11 de julho de 1984**. Institui a Lei de Execução Penal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7210.htm>, acesso em: 15 mar. 2022.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Arquivo Nacional. **Mapa: memória da Administração Pública Brasileira**. Rio de

Janeiro, RJ: Portal do Arquivo Nacional, 2011. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/publicacoes?layout=&id=497>>, acesso em: 02 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **Diagnóstico das Escolas de Serviços Penais**. Brasília: DEPEN, 2020. 45p. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/bitstream/1/5251/1/DIAGNOSTICO_DAS_ESCOLAS_DE_SERVICOS_PENAIIS.pdf>, acesso em: 06 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Secretaria Nacional de Políticas Penais (SENAPPEN). **Estrutura organizacional: competências**. Brasília (DF): Ministério da Justiça, 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/depen/pt-br/composicao/estrutura-organizacional>>, acesso em: 02 mar. 2023.

CARMO, Ana Maria Valente do. **A relevância do afeto na ressocialização de mulheres em situação de prisão no centro de recuperação feminino do Coqueiro no município de Ananindeua**. 2016. 67 p. Trabalho de conclusão de curso - Curso (Bacharelado em direito) - Escola Superior Madre Celeste, Ananindeua (PA), 2016.

COSTA, Cleidiane Pereira da. **Mães encarceradas e filhos penalizados: a convivência familiar diante da realidade do sistema prisional em Belém do Pará**. 2018, 48 p. Trabalho de conclusão de curso - Curso (Bacharelado em direito) - Instituto de Ciências Jurídicas-ICJ, Universidade da Amazônia – Unama, Belém, 2018.

FERREIRA, Aldo Pacheco; SILVA, Priscila Marcia Costa Assumpção; GODINHO, Marluce Rodrigues. Adversidades e desafios do Sistema Prisional: uma revisão sistemática sobre a Saúde Penitenciária. **Revista de Medicina e Saúde de Brasília**, Brasília, v. 9, n. 2, p. 270-286, maio/ago. 2020. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/rmsbr/article/view/10040>>, acesso em: 23 jan. 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Pesquisa e análise de dados vinculados ao campo da segurança pública e sistema penitenciário: meta 02, etapa 02**. São Paulo: SBSP, 2016. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/06/FBSP_diagnostico_producao_informacao_sist_penitenciario_2016.pdf>, acesso em: 02 abr. 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEMGRUBER, Julita. **Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres**. Rio de Janeiro: Forense, 1993.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eda. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1986.

MARQUES, Thayna Matisse de Soares. **O estado da arte das pesquisas acadêmicas na escola de administração penitenciária 2007-2015**. 2016.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Pedagogia) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

MIRANDA, Natanne Carla Silva de; KAMADA, William Lagoia Lobato. **Enfermagem no cárcere: implicações e assistência diante da exposição à tuberculose e/ou ao HIV/AIDS no tratamento de pessoas privadas de liberdade (PPL)**. 2019. 85 p. Trabalho de Conclusão de curso - Curso (Bacharelado em Enfermagem) - Faculdade Integrada Brasil Amazônia, Belém, 2019.

MONTEIRO, Hanna Evelin Bandeira. **Educação em saúde como prática assistencial para redução de vulnerabilidade no contexto prisional feminino**. 2019 – Trabalho de conclusão de curso (Bacharel em Enfermagem) - Centro de Ciências Biológicas e da Saúde, Centro Universitário da Amazônia – Unama, Santarém, 2019.

NASCIMENTO, Francisco Elionardo de Melo. Pesquisa e trabalho no cárcere: desafios da pesquisa e do trabalho dos agentes penitenciários na prisão. **Rev. de Antropologia Vivência**, Lagoa Nova, n. 51, p. 193-214, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/vivencia/article/view/17181/11321>>, acesso em: 23 fev. 2023.

PARÁ. **Lei nº 4.713, de 26 de maio de 1974**. Cria a Susipe e regula o seu funcionamento. Diário Oficial do Estado do Pará, Belém, ano 23, n.533 de 03 de junho de 1977. Belém: IOEPA, 1974.

PARÁ. **Lei de nº 8.937, de 2 de dezembro de 2019**. Diário Oficial do Estado do Pará, Belém, ano 129, n. 34.048, p. 4-12, 03 dez. 019. Dispõe sobre a transformação da Superintendência do Sistema Penitenciário do Estado do Pará - SUSIPE, em Secretaria de Estado de Administração Penitenciária - SEAP, e dá outras providências. Belém: IOEPA, 2019. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1puSv0T5JIR1Q1_u_0C7Qp4fpYIE9KasQ/view>, acesso em: 11 mar. 2023.

PARÁ. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. **Descrição do fluxo atual das pesquisas acadêmicas**. Belém: SEAP, 2020. Disponível em: <<https://abrir.link/ZxHFk>>, acesso em: 09 fev. 2021.

PARÁ. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. Diretoria de Administração Penitenciária. **Mapa Prisional do Estado**. Belém: SEAP, 2023.

PARÁ. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. **Portaria nº 34, de 17 de janeiro de 2020**. Institui fluxo e orientações para solicitação de realização de pesquisa acadêmica no âmbito da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP. Belém: SEAP, 2020. Disponível em: <<http://www.ioepa.com.br/pages/2020/2020.02.07.DOE.pdf>>, acesso em: 09 fev. 2021.

PARÁ. Secretaria Especial de Defesa Social. Superintendência do Sistema Penal. **Portaria nº 272/2003**. Portaria de nomeação da equipe Gestora de Implantação da Escola de Gestão Penitenciária. Belém: SUSIPE, 2003.

- PEQUENO, Ariella Sousa Santos. **Um estudo do direito à assistência pré-natal e a maternagem de mulheres em situação de cárcere na unidade materno infantil em Ananindeua – PA, 2016 – 2017**. 129 p. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Enfermagem) - Integrada Brasil Amazônia – FIBRA.
- PEREIRA, Elaine Cristine Pina. **A atuação do assistente social no sistema prisional junto aos familiares da pessoa privada de liberdade atendidas na DAB/CAS**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Serviço Social) – do Centro Universitário Leonardo da Vinci – UNIASSELVI, Belém, 2019.
- ROCHA, Smilys William; ALVES, Yara Elizabeth. O ONASP e a produção acadêmica sobre o sistema prisional brasileiro: rumo a um estado da arte. *In*: FIDALGO, Fernando (org.). **Sistema Prisional: teoria e pesquisa**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017. 441 p. (EaD para o mundo). Disponível em: <<https://abrir.link/czISr>>, acesso em: 15 mar. 2022.
- SILVA, Brenda Samara de Freitas; COSTA, Gerlyda Meireles da; FONSECA, Rebeca Reis. **Atuação dos profissionais de enfermagem no hospital de custódia e tratamento psiquiátrico**. Castanhal, 2018, 33p. Trabalho de conclusão de Curso (Bacharel em Enfermagem) - Instituição Faculdade Estácio Unidade Castanhal, Castanhal, 2018.
- SIQUEIRA, Ítalo Barbosa Lima. Rebeliões, fugas, motins e massacres: crises no Sistema Penitenciário do Amazonas. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM PRISÃO, 3, p.73-95, Recife, PE. **Anais [...]**. Recife, PE: UFPE, 2017. Disponível em:<http://www.prisoos2017.sinteseeventos.com.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=19>, acesso em: 15 mar. 2022.